

DIFICULDADES DE LEITURA E ESCRITA NO 5º ANO

Conceição de Maria Ribeiro dos Santos ¹

Prefeitura Municipal de José de Freitas

Email-conceicaoribeiro.jf@hotmail.com

Francisca das Chagas Cardoso do Nascimento Santos ²

Prefeitura Municipal de Teresina

Email-cfranciscadaschagas@gmail.com

Francisca Maria da Cunha de Sousa ³

Prefeitura Municipal de José de Freitas

Email-franmacusopmt@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho esboça resultado de pesquisa que teve como objetivo diagnosticar dificuldades de leitura e escrita no 5º ano, vivenciadas no cotidiano da sala de aula. É considerável o número de crianças que não conseguem aprender a ler e escrever nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse problema vai se estendendo aos anos posteriores por conta do modelo de progressão continuada adotada pela maioria das escolas. Nesse caso, não há uma continuidade do processo de aprendizagem da leitura e da escrita. Sendo necessário que o professor do 5º ano, sistematize seu trabalho procurando criar ofertas múltiplas e estimulantes, proporcionando, uma imersão no mundo da leitura e da escrita. Além disso, deve oferecer condições para que essas se tornem efetivamente, uma prática interdisciplinar e intertextual. Uma proposta de ensino de leitura que objetiva o despertar do senso crítico do aluno pode contribuir positivamente para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Porém, para solucionar as dificuldades, far-se-á necessário um esforço conjunto de toda equipe escolar, para que ao final de cada ano o aluno tenha adquirido as habilidades mínimas e necessárias que são exigidas para o ingresso no ano posterior. Não aprender a ler e escrever é enterrar todo processo de desenvolvimento do sujeito em sua vida escolar e social; é negar-lhe o direito e cidadania.

Palavras chaves: Alfabetização. Leitura. Escrita. Intervenção. Sucesso Escolar

¹ Licenciada em Normal Superior – UESPI. Especialista em Docência do Ensino Superior – UESPI

² Licenciada em Pedagogia – UESPI. Especialista em Psicopedagogia – Candido Mendes

³ Licenciada em Normal Superior – UESPI. Especialista em Docência do Ensino Superior - UESPI

INTRODUÇÃO

É considerável o número de crianças que não conseguem aprender a ler e escrever nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esse problema vai se estendendo aos anos posteriores por conta do modelo de progressão continuada adotado pela maioria das escolas e que, muitas vezes, não têm dado continuidade ao processo de aprendizagem da leitura e da escrita, atribuindo ao aluno a culpa de seu fracasso escolar e em segundo plano ao professor-alvo fácil de ser abatido.

Uma proposta de ensino de leitura que objetiva o despertar do senso crítico do aluno pode contribuir positivamente para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. A leitura é um meio de apreensão e difusão do conhecimento, com Lajolo (1997), “o mundo da leitura nos leva à leitura do mundo, ao conhecimento dos outros e de nós mesmos”. No entanto, a prática de leitura na escola parece adotar uma concepção e seguir um objetivo que nada tem a ver com aquisição de conhecimento, nem tampouco com a formação de leitores críticos. Formar hábito de leitura é necessário, especialmente em crianças e adolescentes, pois os livros fornecem matéria intelectual e emocional e cultivam o humanismo.

Como afirma Zilberman (1999), crianças que desde os primeiros anos de vida se habituem a manusear livros infantis e ouvem histórias contadas pelos pais, avós ou babás e mais tarde lêem aventuras cujos protagonistas são crianças de sua mesma faixa etária, provavelmente desenvolverão com mais rapidez o ofício da leitura. Essas crianças, na fase adulta, com certeza sentirão um imenso prazer na leitura. São capazes de ler e escrever mais facilmente, desenvolvem a imaginação e amadurecem a sensibilidade mais rapidamente que outras crianças em situações adversas.

A nossa decisão em pesquisar o problema de aquisição da leitura e da escrita no 5º ano “B” da Unidade Escolar Senhor Carvalho, visa traçar o quadro diagnóstico vivenciado no cotidiano da sala de aula sobre o tema em estudo na perspectiva de repensar as condições de leitura e escrita que vêm sendo oferecidas pela escola. É válido ressaltar que a turma citada foi escolhida apenas como amostra para o tema em estudo, sendo este um problema das instituições escolares e não somente da pesquisada.

O assunto em estudo é urgente: não aprender a ler e a escrever é emperrar todo o processo de desenvolvimento do sujeito em sua vida escolar e social; é negar-lhe o direito de cidadania; impossibilitá-lo de desvendar o mundo através da leitura e de escrever sua própria história.

CONCEPÇÕES DE TEÓRICAS DE LEITURA DE ESCRITA

Para abordar o tema do desenvolvimento de leitura e escrita na 4ª série, faz-se necessário uma reflexão sobre o processo de alfabetização na educação básica e como este vem sendo considerado numa perspectiva histórico-cultural, observando que tal tema tem sido alvo de discussões e estudo ao longo de um período considerável na educação brasileira. No entanto, não esgotado, por apresentar-se com problema atual, que carece de questionamentos e pesquisa.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394 de 20/12/96 – nova LDB, o Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão mediante: “O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo” (Art. 32, I).

Cabe à escola a maior parcela de responsabilidade de formar cidadãos críticos e capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, e talvez de criar situações interativas e conscientizadoras junto a essa sociedade para que venha auxiliá-la na execução de tal tarefa para isso, deverão desenvolver como objeto de ensino, conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais. A aprendizagem desses conteúdos é condição essencial para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres.

Kramer (2006) nos afirma que garantir o acesso à leitura e à escrita é direito de cidadania e que a escola tem um papel importante a desempenhar na concretização desse direito, neste entorno, é necessário, que a escola assuma a valorização da cultura de seu próprio grupo e, ao mesmo tempo, busque ultrapassar seus limites, proporcionando às crianças e aos jovens dos diferentes grupos sociais o acesso ao saber em seu sentido mais amplo. Nesta perspectiva é importante a produção e a utilização de diferentes linguagens como mecanismos de expressão dos conhecimentos históricos, sociais, científicos e tecnológicos, sem perder de vista a autonomia intelectual do aluno. Sendo que o ensino-aprendizagem da leitura na formação intelectual do educando desempenha um papel relevante na construção do conhecimento especialmente quando trabalhado com vistas à formação do senso crítico do aluno-leitor.

A criança desde pequena institui de alguma forma o significado de ler e escrever. Assim como, ainda bebê, se exercita maravilhada, repetindo sons/sílaba, passo essencial na aprendizagem da fala, encontra-se mais tarde no desenho de letras e

palavras até que um dia se percebe “leitora” e “escritora”, seu entusiasmo não vem do fato de dominar uma técnica de coisas desconhecidas. Trata-se, dessa forma de perceber-se capaz de penetrar num mundo novo, cheio de mistérios a desvendar, de começar a escrevê-lo. Uma vez que a leitura é, sobretudo a compreensão dos outros, a escrita é, sobretudo a compreensão do próprio sujeito, porque ambas ajudam a ver além das letras, a criar além das palavras.

De acordo com os PCN’s,

Leitura e escrita são práticas complementares fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento – a escrita transforma a fala (a construção da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços de oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno constituir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita. A relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, no entanto, não é mecânica: alguém que lê muito é automaticamente, alguém que escreve bem. Pode-se dizer que existe uma grande possibilidade de que assim seja. É nesse contexto considerado que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos – que a relação entre essas atividades deve ser compreendida. (PCN’s volume 2, 1997, p. 52/53).

Segundo Ferreiro (1993), um aspecto importante no processo de construção da leitura e escrita é o problema cognitivo envolvido no estabelecimento da relação entre o todo e as partes que o constitui. A autora nos mostra que a criança elabora uma série de hipóteses de leitura e escrita trabalhadas através da construção de princípios organizadores, resultado não só de vivência externas, mas também por um processo interno. Mostra também como a criança assimila seletivamente as informações disponíveis e como interpreta textos escritos antes de compreender a relação entre as letras e os sons da linguagem. As crianças elaboram idéias próprias a cerca da escrita, ou seja, definem critérios e constroem hipóteses para interpretar o objeto de conhecimento (a língua escrita).

Nesse enfoque, a leitura, faz parte de nosso cotidiano, indo além da habilidade de decifração de sinais aprisionados em uma perspectiva técnica. Mais que isto, ela promove novos saberes no encontro entre o texto e o leitor. É válido destacar a distinção entre ledor e leitor, conforme assinala Perrotti (1999) que, entre um e outro existe uma grande distância, o ledor prefigura aquele ser passivo, imobilizado, que pouco ou nada acrescenta ao ato de ler. O texto para o ledor não tem aberturas, porque ele decifra mecanicamente os seus sinais. Não há mistério, nem criação. A leitura é

definitiva. O leitor, no entanto, é móvel e tem um olhar definido, errante e criativo sobre o texto, que se permite ler em suas linhas e entrelinhas, desvelando seus sinais visuais e invisíveis, isto só ocorre quando se dá o pacto entre texto e leitor, que o leitor não se arrisca a fazer.

A leitura remete ao texto é à sua rede de significações. O texto remete a idéias, valores, crenças, ideologias, sentimento, emoções e afetos. A primeira é um ato de vida, de relações com o mundo, com o outro e consigo mesmo. Neste contexto, as contribuições de Freire (1999) são relevantes:

A leitura da palavra é sempre precedida da leitura do mundo. E aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de mais nada, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação mecânica de palavras, mas numa relação dinâmica que vincula linguagem e realidade. É urgente que a questão da leitura e da escrita seja vista enfaticamente sob o ângulo da luta política a que compreensão científica do programa trás sua colaboração. É um absurdo que estejamos chegando ao fim do século, fim do milênio ostentando os índices de analfabetismo, os índices que e das que mal alfabetizadas, estão igualmente proibidas de ler e escrever, o número alarmante de crianças interdadas de ter escolarização e que com isso convivamos quase como se estivéssemos anestesiados.

A apropriação da leitura pela escola não possibilita a descoberta do real caminho, que conduziria o ensino para fora da escola e ao encontro dos problemas sociais. A preocupação didática com métodos para alfabetizar, priorizando técnicas, ou a discussão sobre condutas e modelos textuais para criar o hábito de ler são comportamentos comuns que afastam o leitor do livro e o prazer de ler da escola.

A leitura não é um ato solitário e isolado dos problemas sociais fora do mundo, Soares (1998, p. 47) define que “A leitura é interação verbal entre indivíduos, indivíduos socialmente determinados: o leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e os outros; entre os dois: enunciação e diálogo”. A leitura possui então múltiplos valores em nossa cultura. A posse e o uso da escrita, no entanto, ainda é privilégio das classes economicamente privilegiadas, o que acaba por determinar a utilização da sua norma lingüística, por ser a mais prestigiada socialmente. Para esse segmento, atribui-se à leitura um valor positivo, benéfico ao indivíduo e à sociedade como forma de lazer, prazer, enriquecimento cultural e ampliação de horizontes. Já para as classes populares, a leitura funciona como instrumento para obter melhores condições de vida, ressaltando-se aí uma função utilitária.

Staiger (1995, p. 24), enfatiza que para um ensino eficaz é necessário: a) incentivo ao pleno uso das potencialidades do indivíduo em sua leitura, de modo a influir ao máximo no seu bem estar e levá-lo à alto-realização; b) emprego eficiente da leitura como instrumento de aprendizado e crítica e também de relaxamento e diversão; c) ampliação constante dos interesses de leitura dos estudantes; d) estímulo a atividades que levem a um interesse permanente pela leitura de muitos gêneros e para inúmeros fins.

O ensino da leitura deveria corresponder à percepção que conseguimos da natureza da leitura. Sendo um processo complexo, a leitura compreende várias fases de desenvolvimento. Antes de tudo, é um processo perceptivo durante o qual se reconhecem símbolos e em seguida ocorre a transferência para conceitos intelectuais. Essa tarefa mental se amplia num processo reflexivo à proporção que as idéias se ligam em unidades de pensamento cada vez maiores. O processo mental, no entanto, não consiste apenas na compreensão das idéias percebidas, mas também na sua interpretação e avaliação. Para todas as finalidades práticas, tais processos não podem separar-se um do outro; fundem-se no ato da leitura. Assim sendo, os processos de leitura e de escrita na escola podem ser discutidos sob diferentes perspectivas, mas um ponto que se deve considerar em toda abordagem é o fato de que se trata de processos que se dão de modo produtivo, dinâmico, dialógico e, principalmente, que acontecem em todos os contextos de relações de interação social, que envolvem sujeitos.

A leitura e a produção de textos são o início e, de certo modo, o desfecho do processo de aprendizagem. Esta afirmação leva, entre outros, ao pressuposto de que não se trata, simplesmente, de um trabalho específico de uma determinada área do saber, mas de um conjunto de saberes das diferentes áreas do conhecimento, organizado na escola. Por esta razão, as atividades de leitura e de escrita não são tarefas exclusivas da área da Língua Portuguesa, pois são atividades que se realizam no curso das interações que visam à promoção de sentidos, que ocorrem não só em determinados momentos na escola e que se tratam de atividades exclusivas de ambientes de escolarização.

Tânia Dauster (1994, p.24) destaca, em seu artigo “O cipoal das letras”, que “práticas de oralidade e escrita são modelados pelos recursos em circulação na sala de aula”. Desse modo, o livro didático e o livro literário não são materiais suficientes para o desenvolvimento de habilidades de um leitor dinâmico e criativo. O professor deve trazer textos que circulem em nossa sociedade, de grupos letrados, com diferentes construções discursivas para que os alunos se apropriem desses modelos, a fim de

ampliar suas possibilidades comunicativas: bilhetes, cartas, histórias em quadrinhos, propagandas e outros gêneros que podem ser encontrados em jornais, revistas, sem contar com outros meios de comunicação que propiciam outras formas de leitura pela junção de linguagens – como a da imagem verbal, no caso da televisão – e os altos recursos expressivos da linguagem falada utilizados pelo rádio.

Pesquisas comprovam que a oportunidade de ler, ou a disponibilidade de livros, representam um papel decisivo no despertar interesse de leitura. O número e o tipo dos livros lidos são determinados, em grande parte, pelo “meio livreiro” do leitor. É fundamental a existência de bibliotecas escolares centrais bem providas de livros, assim como a existência de boas bibliotecas de salas de aula especialmente nas séries iniciais, acompanhadas de metas e orientações pedagógicas. O tempo é essencial para desenvolver o hábito de leitura, devendo ser consagrado no currículo um número maior de horas destinado a esse fim, combinado a leitura com o estudo da língua, das artes, da geografia e outras.

A educação tem tido alguns avanços especialmente no tocante aos métodos e conteúdos desenvolvidos em salas de aula. No entanto, tais avanços ainda não atingiram todo o campo da educação. A expansão dos meios de comunicação eletrônicos e o enorme crescimento populacional obrigam-nos cada vez mais a buscar meios eficazes para trabalhar com as crianças e os jovens brasileiros, sob pena de, rapidamente, vermos nossos alunos transformados em verdadeiros robôs, pois, com a mesma intensidade que os equipamentos eletrônicos instruem podem aliená-los, caso estes não sejam bem orientados. Compartilhando com este pensamento, Alarcão (2001, p.18) pontua que “a escola tem a função de preparar cidadãos, mas não pode ser pensada apenas como tempo de preparação para a vida. Ela é a própria vida, um local de vivência da cidadania.”

Assegurar alfabetização, leitura e escrita precisa ser parte de um projeto de sociedade que vise à democracia e à justiça social, segundo Kramer (2006, p.15) enfatiza que duas são as necessidades fundamentais: “(1) salários e condições dignas de vida e trabalho para os seus profissionais; (2) projetos de formação permanente – de educação de professores – concebidos no interior de uma política cultural sólida e consistente.”

No que tange ao ensino-aprendizagem da leitura e escrita, estabelecem os PCN's (1998, p.69) a compreensão ativa dos textos e não a mera decodificação do signo lingüístico. Assim, os autores vêem a leitura como um processo no qual o leitor

realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabemos sobre a linguagem. Tanto quanto seus alunos é preciso que o professor se torne sujeito do mundo da leitura e da escrita, que organize registros de acompanhamento do processo de construção do conhecimento de seu grupo, que busque textos que componham a pluralidade de práticas sociais de leitura, que se preocupe com a preservação da memória dos grupos sociais com os quais interage, isto é, que constitua-se, antes de tudo, em leitor e autor da sua prática pedagógica.

A tarefa da escola e de todos os educadores que nela atuam, é a de aumentar o repertório dos aprendizes, facilitarem a aprendizagem, gerar condições e ambiente para o estabelecimento de articulação entre informações e conexões múltiplas, análises e sínteses. É ensinar, que ler e escrever promove socialmente, dá acesso à cultura e ao conhecimento, é um modo de relacionar o que se faz na escola com o que existe fora dela. Nesse sentido, a prática de ler e escrever desenvolve-se através de responsabilidade partilhada entre professor e aluno, em que o primeiro atua como guia, apoio, mediador de cultura e o segundo como sujeito ativo da aprendizagem.

Em conseqüência, a sala de aula se torna lugar de pensar, de reflexão compartilhada, de participação e de diálogo. Constitui-se em ambiente de aprendizagem, que gera e possibilita múltiplas situações de leitura e escrita como atividades relevantes e comprometidas. O professor parte das experiências e do conhecimento dos alunos oferecendo atividades significativas, favorecedoras da compreensão do que está sendo feito através do estabelecimento de relações entre a escola e o meio social.

Nesse contexto, a escola – atualmente recriminada pelo artificialismo do sentido que dá ao ler e escrever, característica da crise de leitura e escrita que contamina todo o sentido da educação – transformar-se-á em espaço de reflexão, análise e crítica, capacitando toda a comunidade escolar para buscar alternativas compartilhadas e solidárias para suas vidas.

Neste cenário, a escola em grande parte ainda por ser construída todas as instâncias de escolarização da leitura¹ reunirão alternativas para o ler e o escrever. A

¹ As instâncias de escolarização da leitura presentes na escola são: a biblioteca escolar, a leitura de estudo de livros em geral determinadas e orientadas pelos professores e a leitura e estudos de textos. Dentre elas destaca-se o livro didático como suporte mais usual, no qual recorta o texto de seu contexto original de leitura, artificializa-o, “escolariza-o”, apresentam em um contexto de circulação forjado pela intenção didática.

biblioteca não será mais um espaço que simboliza o lugar do livro (o qual, às vezes, nem está lá) guardado por funcionário não habilitado, que regula (frequentemente condicionado por sua saúde, presença na escola e disponibilidade horária) o que ler, quando ler e como ler. Ao contrário, promoverá diferentes formas de socialização do ler, oportunizando aos aprendizes de leitores que – a partir de sua leitura de mundo – estabeleçam, através da orientação segura dos professores, sólidos caminhos em direção de maior complexidade dessa experiência.

Também porque será mediada por professores leitores e escritores em todas as áreas – o que, é necessário reconhecer, não é o caso de grande parte dos sistemas educativos hoje² – tratará de ampliar e qualificar as formas de acesso dos jovens aos diferentes textos, estimulando-os a se assumirem como produtores de conhecimentos, capazes de, oralmente ou por escrito, verbalizarem seu prazer de ler e ou suas aprendizagens a partir do lido. Nesse espaço, a leitura de fragmentos descontextualizados será banida, a adaptação de textos a suportes didáticos – como o livro didático – será progressivamente reduzida, haverá mais textos dos alunos, de jornais e revistas atuais, da literatura contemporânea e das artes em geral, apresentados através da palavra escrita ou de outros suportes portadores de sentido.

Então as práticas de leitura e escrita serão valorizadas pela escola, que assimilará às que ocorrem no contexto social, colaborando assim para a formação de um leitor crítico e para a própria transformação dessa escola, que ensinará a pensar a mais genuína função do ler e do escrever, capaz de transformar e oferecer condições de cidadania e responsabilidade social a todos os que participem dela. Nesse aspecto, Nóvoa (1992, p.26) ressalta que “a troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e de formando”. Nesta mesma linha de pensamento, Brito (2007) afirma que há um grande distanciamento entre os cursos de formação de professores e as práticas profissionais construídas e reconstruídas nas escolas.

² Ana Maria Machado, em entrevista concedida à Revista Educação de Abril, de 2002, é enfática ao criticar a condição não leitora dos professores. Diz ela: Gente que não gosta de ler não pode ensinar a ler. É igual a um instrutor de natação que não gosta de nadar, e por isso tenta ensinar os alunos do lado de fora da piscina. Eu questiono a formação do leitor. Quantos livros de literatura não-obrigatória um professor ler por ano? Se o professor lê, não tem como não passar isso para o aluno. Quem gosta de ler está sempre falando de livro, recomendando leituras para outras pessoas, é algo que contagia e flui naturalmente.

MÉTODOS E RESULTADOS

Tensionou-se desenvolver esta pesquisa com o objetivo de diagnosticar dificuldades na leitura e na escrita vivenciada no cotidiano da sala de aula na perspectiva de repensar as condições de leitura e escrita que vem sendo oferecidas pela escola. Para tanto foi escolhido como amostras, uma turma de 5º ano da Unidade Escolar Senhor Carvalho, localizada na zona urbana da cidade de José de Freitas.

A pesquisa foi realizada através de observação assistemática dos aspectos físicos onde observou-se que a escola possui um acervo bibliográfico razoável, porém não dispõe de espaço específico para funcionamento da biblioteca. A escola possui uma área ampla, a qual poderia ser aproveitada para exposição de diversos gêneros de leitura, o que certamente contribuiria de forma positiva para ampliar o universo leitor dos sujeitos que ali convivem. Observou-se também o Projeto Político Pedagógico da escola, que contempla diversas atividades de leitura e escrito, bem como de formação continuada para o professor.

Para levantamento de dados foi aplicado questionário misto para Diretora, Coordenadora e Professora com o objetivo de identificar a percepção destas sobre a importância do tema em estudo, e as atividades desenvolvidas pela escola para incentivar a prática de leitura e escrita e aplicação de atividade escrita com os 15 (quinze) alunos da 5º ano B objetivando perceber o interesse e o tempo que estes dedicam, e o espaço que dispõem para desenvolver a leitura e a escrita na escola. Procurou-se também com esta atividade avaliar o nível de interpretação e de construção de texto, assim como a coerência entre fala e escrita.

Após análise dos dados resultantes dos questionários foi possível observar que a professora³, a diretora⁴ e coordenadora⁵ são unânimes em reconhecerem a importância da leitura e escrita para a formação integral do educando. É pertinente destacar algumas falas dos sujeitos pesquisados. Segundo a professora a principal dificuldade encontrada para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita é “a falta de interesse de alguns alunos em aprender. Geralmente eles costumam querer

3 Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Letras Português / Inglês, pela Faculdade de Tecnologia e Ciência-FTC – Campo Maior-PI.

4 Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Letras Português / Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciência-FTC – Campo Maior-PI.

5 Licenciada em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

apenas ‘decorar’ conteúdos somente para passar de ano, quer dizer, essas atividades (leitura e escrita) só são praticadas quando em sala de aula e muitas vezes forçadamente”. Já a diretora, ressaltou que a escola não possui biblioteca por falta de espaço físico para seu funcionamento e que a falta de acompanhamento dos pais atrapalha o processo ensino-aprendizagem. Destacou ainda que a escola investe na formação continuada dos professores no âmbito escolar – como contribuição para o incentivo da prática de leitura e escrita. Enquanto que a Coordenadora enfatiza como incentivo, exposições de produções textuais dos alunos de forma conjunta através de um projeto de leitura e produção textual (Qualiescola) desenvolvido pelo Instituto Qualidade no Ensino – IQE e aponta como maior dificuldade “mostrar para alguns professores que o projeto de leitura é realmente importante e necessário e que a escola precisa da colaboração de todos para o seu sucesso”.

Os dados relatados anteriormente são expostos com base na pesquisa realizada no final do ano de 2009. Atualmente a citada Coordenadora elegeu-se Diretora, a Professora permanece ministrando aulas, agora no 5º(quinto) ano e a ex-diretora - que não se candidatou, ministra aulas em outra escola.

Da turma de 15 alunos pesquisados, 80% repetiram alguma série, destacando-se o 3º ano com 53% de retenção o que possibilita concluir que a não alfabetização até o 3º ano, provoca a reprovação, desestimulando o aluno, gerando um quadro de distorção idade-série, em alguns casos levando à evasão. Todos os alunos pesquisados afirmam já ter lido algum livro. Desses 73% (onze alunos) leu de um a três livros, enquanto que 20% (três alunos) leu de cinco a sete livros e apenas 7% (um aluno) leu dez livros. É pertinente destacar que o acesso a estes livros ocorre exclusivamente na escola – incentivados pela professora da turma, que costuma ler e trazer leituras para a sala de aula, desenvolvendo atividades a partir das mesmas. O tempo dedicado à leitura pelos alunos é quase que exclusivamente o da aula. Através de análise das produções textuais observou-se o nível de construção de texto inadequado para a série, uma vez que a grande maioria apresenta dificuldade no que se refere a estruturação de um texto (uso de parágrafo, pontuação, acentuação gráfica, ortografia e coerência de idéias). Para a maioria dos alunos é mais fácil ler um texto escrito, que produzir um. Observou-se que os alunos que foram alfabetizados até o 2º ano gostam mais de ler e produz textos usando as habilidades mínimas necessárias a produção textual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de leitura e escrita vivenciadas no cotidiano da sala de aula, é sem dúvida, um tema de extrema importância, pois aprender a buscar uma metodologia adequada para superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento da leitura e da escrita, facilitará o processo ensino-aprendizagem. Cabe às instituições escolares a responsabilidade de traçar um plano de trabalho, focado no desenvolvimento da leitura e da escrita, como pressuposto básico para formar leitores conscientes, capazes de interpretar, criar, estabelecer relações, lançar-se ao mundo de forma crítica e criativa a fim de conquistar espaços, em uma sociedade marcada pela competitividade.

As práticas de leitura e escrita deverão ser valorizadas pela escola, que assimilará as que ocorrem no contexto social colaborando assim para a formação de um leitor crítico e para a própria transformação dessa escola, que ensinará a repensar a função do ler e do escrever, capaz de transformar e oferecer condições de cidadania e responsabilidade social a todos os que participem dela.

Frente ao exposto, esperamos ter contribuído para intensificar o debate acerca da temática em estudo. Esperamos, ainda, que os dados deste trabalho possam enriquecer as discussões sobre as dificuldades da leitura e da escrita vivenciada no cotidiano da escola e para reconhecer as condições de produção de leitura como fatores importantes na formação de leitores críticos e criativos, com vistas ao despertar do senso crítico do aluno-leitor. Para tanto a escola deve proporcionar aos alunos um ambiente rico, utilizando uma tipologia variada de textos que circulem em nossa esfera social, formando um novo público leitor capaz de entender a sociedade em que vive e transformá-la.

É importante que o professor procure criar em sua sala de aula um circuito de leitura: lendo, contando histórias, estimulando a troca de livros, reservando um tempo para ler em classe, trazendo resenhas de livros infantis, abrindo espaço para a escolha pelo aluno, do que ele quer ler propondo textos correlacionados aos interesses do grupo, criar um cantinho de leitura em cada sala de aula, incrementar a biblioteca da escola por meio de eventos como exposição de livros, palestra com autores, leitura, dramatização de livros, sair para conhecer e pesquisar em bibliotecas públicas e outras atividades ligadas ao interesse da leitura. Enfim, criar ofertas múltiplas e instigantes,

proporcionando, desse modo, uma imersão no mundo da leitura e oferecendo condições para que ela se torne, efetivamente, uma prática interdisciplinar e intertextual são passos essenciais e significativos para a formação de um novo tipo de leitor.

Para minimizar e/ou resolver os problemas detectados seguem algumas contribuições.

PISTAS NORTEADORAS

- Comprometimento dos professores e gestores no Programa Qualiescola (já implantado na escola) que trabalha com leitura, interpretação, produção de texto e compreensão matemática, além de contemplar a formação continuada para os educadores em serviço;
- O professor sistematize seu trabalho procurando criar ofertas múltiplas de leitura e escrita de forma interdisciplinar, onde o aluno possa apropriar-se de textos do seu convívio social e utiliza-los funcionalmente;
- Implementar e potencializar na sala de aula o cantinho da leitura;
- Esforço conjunto de toda equipe escolar, no sentido de que ao final de cada ano letivo o aluno tenha adquirido as habilidades mínimas exigidas para o ingresso no ano posterior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira** – Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Editora Saraiva.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**, vol. 2 – Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretária da Educação a Distância. Salto Para o Futuro: **Reflexões sobre a Educação no Próximo Milênio**. Brasília, 1998.

BRITO, Antonia Edna. Sobre a formação Teresina e a prática pedagógica: o Saber, o Saber-ser e o Saber-fazer no exercício profissional. In: MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. (Org.) **Formação e prática pedagógica: diferentes contextos de análises.**: EDUFPI, 2007.

DAUSTER, Tânia. O cipocal das letras. In: **Leitura: teoria e prática**. São Paulo, Associação de Leitura do Brasil / ALB, 13 (24), dez. 1994.

FERREIRO, Emília – **Com Todas as Letras**, 4ª Ed. Tradução de Maria Zilda da Cunha Lopes; retradução e cortejo de textos Sandra Trabuco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Reflexões sobre alfabetização**: Tradução Horácio Gonzales. 24. Atualizada – São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **A importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 29. São Paulo: Cortez, 1994.

LAJOLO, Marisa. A prática da Leitura. In: GERALDT, J. Wanderley (org.) **O texto em sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. (Org.) **Formação e prática pedagógica**: diferentes contextos de análises. Teresina: EDUFPI, 2007.

NÓVOA, Antonio (Coord.) **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PERROTTI, Edmir. Leitores, ledores e outros fins (apontamento sobre a formação ao leitor.) In: PRADO, J.; CONDINI, P. (org.) **A formação do leitor**: pontos de vistas. Rio de Janeiro: Argus, 1999, pp. 31-40.

SOARES, Magda Becker. **Letramento – um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêtica, 1998.

STAIGER, Ralph C. A leitura do professor(120,p.61-80. In: BAMBERGER, Richard (org.) **Como incentivar o hábito de leitura**. Ática, 1995.

ZILBERMAN, Regina. Sociedade e Democracia da Leitura. In: BARZOTTO, Valdir Heitor (org.) **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.